

(...continuação.) operacionais, a divisão de distribuição de equipamentos e a divisão de produtos financeiros representados por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e outros fatores chave para a administração desses segmentos. As operações de distribuição têm origem principalmente na controlada Aldo, dentro do território brasileiro, pelo fornecimento de painéis e demais equipamentos que compõe o produto do painel solar e o principal ativo gerador de receita é seu centro de distribuição no Estado do Paraná, segmento esse que representa substancialmente a totalidade das operações consolidadas do Grupo. A partir do terceiro trimestre de 2022 a Companhia iniciou a operação relacionada a produtos financeiros, dentro do território nacional, oferecendo soluções financeiras através da originação e financiamento de equipamentos para pessoas físicas e jurídicas. Adicionalmente, o faturamento do exercício de ambos os segmentos não abrange concentração em um grupo específico de clientes ou em algum estudo do território brasileiro, portanto o faturamento foi pulverizado em 31 de dezembro de 2022, vide maiores informações sobre os segmentos da Companhia na nota explicativa nº 32. 2.2. Demonstração dos fluxos de caixa - A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada de acordo com o CPC 3 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. O Grupo classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos que atendem aos requisitos mencionados na nota explicativa 2.4. Os fluxos de caixa são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa entre atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, com base na avaliação da Administração a respeito da natureza dos fluxos de caixa frente aos negócios do Grupo. Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa são excluídas da demonstração dos fluxos de caixa e são apresentadas separadamente. O Grupo considera que os juros pagos de débitos, empréstimos e financiamentos e arrendamentos advém da sua atividade de financiamento, portanto classifica os juros dentro da atividade de financiamento em suas Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. 2.2.2 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre elas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição), os efeitos das perdas e da recuperização de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.2.4. Líquido por ação - O lucro básico por ação atribuível aos acionistas ordinários é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação no período durante o exercício. O lucro diluído por ação atribuível aos acionistas ordinários é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação após o ajuste para os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existe nenhum instrumento com potencial diluidor, dessa forma, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é o mesmo tanto para o cálculo do lucro básico por ação quanto para o cálculo do lucro diluído por ação. Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Lucro por ação, as tabelas apresentadas na nota explicativa nº 25 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados real podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis: A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.1. Recuperabilidade de impostos - O Grupo avalia a recuperabilidade dos impostos com base nas projeções futuras. A Administração tem tomado medidas para o consumo de créditos tributários, como a inscrição em regimes especiais e também a diversificação de suas operações, através de operações estruturadas com o auxílio de especialistas e o estudo da oferta de novos produtos no mercado nacional para compensação dos saldos. 3.2. Combinação de negócios e ágio - A Companhia reconhece o montante de prestação contingente da controlada Aldo a título de *earn-out* com base na aplicação de múltiplos sobre o EBITDA da adquirida para os exercícios de 2021 e 2022, adotando a metodologia de Monte Carlo para simular os cenários mensais, vide nota explicativa nº 5. O *earn-out* reconhecido foi mensurado em 31 de agosto de 2021, data da aquisição, e reavaliado a seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. O ágio reconhecido na combinação de negócios e os intangíveis mensurados na aquisição são testados anualmente, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.14. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi realizado o teste de recuperabilidade do ágio e não foi identificado *impairment*. 4. Adoção das IFRSs novas e revisadas: Normas novas e normas revisadas emitidas e ainda não aplicáveis para o exercício - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) - IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021) - Contratos de seguros; - Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture; - Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - IFRS Declaração da Prática 2 - Divulgação de Políticas Contábeis; - Alterações à IAS 12/CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração entende que, quando em vigor, tais normas ou interpretações não irão possuir impactos significativos em sua adoção. Normas novas e normas revisadas emitidas e adotadas no período - As principais novas normas ou alteração de normas e interpretações que são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2022 estão mencionadas abaixo. Não foram identificados efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas oriundos da adoção dessas normas novas e/ou alteradas. - Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado, Recursos Antes do Uso Pretendido; - Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato; - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual; - Melhorias Anuais ao Ciclo IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos; 5. Combinacões de negócios: 5.1. Aldo Componentes Eletrônicos S.A. - Em 31 de agosto de 2021, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Aldo Componentes Eletrônicos S.A. (Aldo), empresa com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná. A Aldo iniciou suas atividades em 1962 e inicialmente tinha por objetivo social as atividades de consumo e venda de componentes eletrônicos para rádios e televisores. Em 2000, a Aldo começou no cenário de TI, e se tornou uma indústria em 2009. Em 2015, a Aldo ingressou no segmento de energia solar, fabricando geradores e acessórios. No mesmo ano a Aldo lançou a Centrium Energy, geradora de energia fotovoltaica e assinou um contrato de distribuição no Brasil. a) Contraprestação transferida - O valor total da compra foi de R\$ 3.471.295 e foi distribuído da seguinte forma:

Em milhares de Reais
Caixa desembolsado a vista em 31 de agosto de 2021 1.600.000
Pagamento complementar - *earn-out* (i) 1.707.268
Ajuste de preços (ii) 164.027
Total da contraprestação transferida 3.471.295

(i) Pagamento complementar - *earn-out* - O montante reconhecido como pagamento complementar é referente ao *earn-out* com os antigos acionistas. O acordo prevê a aplicação de múltiplos sobre o EBITDA da adquirida para os exercícios de 2021 e 2022, de maneira que o valor da contraprestação contingente devida pela Companhia depende do nível de atingimento desses valores de EBITDA determinados. Para o cálculo do valor justo do *earn-out*, adotou-se a metodologia da lucratividade (*income approach*), classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo, para simular diversos cenários mensais de EBITDA e assim definir a probabilidade de atingimento dos valores para referidos exercícios. O resultado foi descontado a valor presente para a mesma taxa de desconto do *Business Enterprise Value* - BEV de 12,32%, o que resultou em um valor presente para o *earn-out* de R\$ 1.707.268 em 31 de agosto de 2021. O eventual valor não descontado de todos os pagamentos futuros que a Companhia deve fazer nos termos do acordo de contraprestação contingente é de no máximo R\$ 1.900.000. Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido no resultado financeiro o ajuste ao valor justo da divida do montante de R\$ 130.317 (R\$ 62.967 em 31 de dezembro de 2021). Com o atingimento do EBITDA previsto em 2021 e 2022, o valor da contraprestação total provisionada atingiu o valor máximo previsto em contrato em 31 de dezembro de 2022. As principais premissas não observáveis no cálculo do passivo financeiro (nível 3) são:

Aldo
Período de avaliação 18 meses
Taxa média de crescimento anual das vendas no período 11,79%
Taxa de desconto nominal 12,32%

(ii) Ajuste de preços - Ajuste de preço contemplado no contrato de aquisição referente a diferença de capital de giro da Companhia adquirida, o qual foi integralmente liquidado em 15 de dezembro de 2021. b) Ativos identificáveis e passivos assumidos - A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 31 de dezembro de 2021:

Em milhares de Reais
Caixa e equivalentes de caixa 303.151
Contas a receber de clientes 43.170
Impostos e contribuições a recuperar 73.870
Adiantamento 41.663
Estoque 313.380
Outros ativos 3.703
Imobilizado 26.363
Intangível - Software 298
Intangível - Carretera de clientes 1.064.291 (361.859)
(-) Intangível diferido - Carretera de clientes 462.861 (157.373)
(-) Intangível diferido - Marca (104.168)
Fornecedores (2.291)
Salários, provisões e contribuições sociais (25.687)
Impostos e contribuições a pagar (16.020)
Parcelamento de impostos (30.000)
Dividendos a pagar (134.000)
Adiantamento de clientes (11.275)
Provisão para comissões (739)
Total dos ativos identificáveis, líquido 1.218.684

13. Intangível: A composição do intangível é conforme segue:

Controladora
Custo 31/08/2021 Amortização 31.12.2022 31.12.2021
Softwares 6.902 (407) 6.495
Consolidado
Custo 31/08/2021 Amortização 31.12.2022 31.12.2021
Softwares 6.902 (407) 6.495

Em 31 de dezembro de 2020
Combinação de negócios 18.641 1.271 5.608
Adições 17 628 21
Depreciação (311) (186) (281)
Em 31 de dezembro de 2021 18.330 1.102 5.955
Adições 2.861 573 3.186
Baixas - (1)
Transferência 667 -
Depreciação (1.002) (607) (1.046)
Em 31 de dezembro de 2022 20.856 1.068 6.495

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam indicativos, através de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudesse reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado. Ativos cedidos em garantia - O Grupo não possui ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

13. Intangível: A composição do intangível é conforme segue:

Controladora
Custo 31/08/2021 Amortização 31.12.2022 31.12.2021
Softwares 6.902 (407) 6.495
Consolidado
Custo 31/08/2021 Amortização 31.12.2022 31.12.2021
Softwares 6.902 (407) 6.495

Em 31 de dezembro de 2020
Combinação de negócios 298 1.064.291 462.861 2.252.611
Adições 22 (41.189) (13.034) 5.608 2.252.611
Depreciação (33) (1.046) 1.271 3.186
Em 31 de dezembro de 2021 287 1.023.102 449.827 2.252.611
Adições 10.515 410.729 10.515 2.252.611
Depreciação (898) (123.567) (39.998) 5.608 2.252.611
Em 31 de dezembro de 2022 9.904 899.535 410.729 2.252.611

Perdas por redução ao valor recuperável - De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável dos ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a teste de perda ao valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativos de vida útil indefinida são submetidos a teste de perda ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes de

perda ao valor recuperável são realizados considerando como data base um dos meses próximos ao final de cada ano. No caso de data base anterior a dezembro a administração revisa o teste para ver se houve mudanças nas condições estabelecidas para o teste na data base anterior. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades geradoras de caixa ("UGC's") que correspondem aos menores grupo de ativo geradores de fluxo de caixa claramente independentes daqueles gerados por outra UGCs. Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que há duas UGCs: sua operação e a da sua controlada direta, sendo que o ágio está aloca no UGC da sua controlada direta (UGC de distribuição). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração, com o apoio de consultores externos independentes, concluiu através do laudo de avaliação, que o ágio a recuperar calculado com base no valor em uso da UGC com que o ágio está incluído ultrapassou o valor contábil. Desta maneira a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda (*impairment*). O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa em termos nominais descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados no resultado atal 30 de setembro de 2022 e em projeções para o último trimestre de 2022 e projeções dos orçamentos financeiros para os próximos nove exercícios acrescidos de perpedituidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. O período utilizado foi superior a cinco anos para linearizar oscilações no crescimento projetado entre os anos e as premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso foram estimadas pela Diretoria, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas e, considerando: • Volumes de vendas considerando taxas de crescimento anual na média de 1,4% - a menor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo; • Preços de venda com taxa de crescimento real neutra - determinado com base na projeção dos preços praticados no mercado de acordo com o preço inflacionário calculado pela expectativa de inflação brasileira; • Margem bruta média de 21,2% - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o mix de vendas e a expectativa de custos futuros para o segmento; • Outros custos operacionais - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxo de caixa, além do período coberto pelo mais recente orçamento ou previsão; • Taxa inflacionária em termos nominais de 3,3% - a taxa de crescimento utilizada para o cálculo da inflação, com base no resultado de 2019, a taxa de crescimento estimada para o exercício de 2020, a taxa de crescimento estimada para o exercício de 2021, a taxa de crescimento estimada para o exercício de 2022 e a taxa de crescimento estimada para o exercício de 2023.

14. Investimentos: As informações sobre a composição do Grupo no final do período do relatório estão apresentadas a seguir:

14.1. Composição dos saldos - Aldo Componentes Eletrônicos S.A.

Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022 31.12.2022
Valor patrimonial 669.698 381.043
Mais-valia de ativos 1.527.152 1.527.152
Amortização da mais-valia 216.886 (54.222)
Goodwill 2.252.612 2.252.611
Total Investimentos 4.232.576 4.106.584

14.2. Participação em empresa controlada - Aldo Componentes Eletrônicos S.A. - Movimentação dos saldos nos exercícios está demonstrada conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020 31.12.2020
Adição investimento 210.725
Adição mais-valia de ativos 1.527.152
Goodwill 2.252.611
Total Investimentos 4.232.576 4.106.584

14.3. Informações da controlada - Aldo Componentes Eletrônicos S.A. - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as principais informações financeiras da investida são:

Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020 31.12.2020
Ativo 2.104.884 1.354.657
Passivo 1.435.186 973.615
Receta líquida de vendas 3.892.041 1.183.210
Lucro líquido do exercício 498.656 170.317
Capital social 199.000 199.000
Quantidade ações possuídas (em lote mil) 669.698 381.043
Patrimônio líquido 669.698 381.043
Participação no capital social, no final do exercício 100% 100%
Participação no patrimônio líquido 669.698 381.043

15. Fornecedores

Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020 31.12.2020
Fornecedores nacionais 533 80 42.685 37.162
Fornecedores estrangeiros - 706.041 282.720
Total 533 80 748.726 319.882

16. Empréstimos e financiamentos: O saldo de empréstimos e financiamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está composto conforme abaixo:

Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020 31.12.202

(...continuação.)

fiscais acumulados de R\$ 177.103 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 7.257) em função da falta de expectativa de realização desses ativos fiscais diferidos. (ii) As diferenças temporárias referem-se principalmente à atualização a valor justo do earn-out. A Companhia não constitui tributos diferidos para esses valores em função da falta de expectativa de realização desses ativos fiscais diferidos. (iii) A administração do Grupo concluiu no quarto trimestre de 2022 o estudo fiscal relacionado à isenção de ICMS de 2022 foi excluído da base de apuração do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 282.951. Valores recolhidos a maior no primeiro e segundo trimestre de 2022 foram reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar conforme nota explicativa nº 10. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido** - O Grupo possui passivos fiscais diferidos constituidos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 conforme apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo diferido:						
Cut-off da receita	-	-	-	2.993	-	-
Provisão fretes	-	-	2.985	-	-	-
Provisão comissão sobre vendas	-	-	510	-	-	-
Passivo diferido:						
Mais valia de ativos - carteira de cliente	(361.859)	(361.859)	(361.859)	(361.859)	-	-
(-) amortização - carteira de cliente	56.017	14.004	56.017	14.004	-	-
Mais valia de ativos - marca	(157.373)	(157.373)	(157.373)	(157.373)	-	-
(-) amortização - marca	17.725	4.432	17.725	4.432	-	-
Provisão rebates	-	-	(4.313)	-	-	-
Total do passivo diferido	(445.490)	(500.796)	(449.803)	(500.796)	-	-
Total Passivo diferido líquido	(445.490)	(500.796)	(446.308)	(497.803)	-	-

23. Provisão para contingências: A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do contrato normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não identificou processos judiciais com perdas classificadas como "perda provável". O Grupo tem ações de natureza tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme quadro abaixo:

	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Tributárias	6.339	3.725	-
Civéis	2.481	653	-
Total	8.820	4.378	-

24. Patrimônio líquido: a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.610.000, composto por 1.610.022 ações ordinárias (R\$1.610.022, composto por 1.610.022 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1.610.022 totalmente integralizado (R\$ 1.605.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1.610.022 totalmente integralizado (R\$ 1.605.000 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de agosto de 2021, o acionista controlador da Companhia, Sunrise Fundo de Investimento em Participações Multitelestrelha subscreveu 1.610.000 ações, desse saldo sendo integralizado o montante de R\$ 1.605.000 em 31 de agosto de 2021 e o montante de R\$ 4.500 em 09 de março de 2022, restando R\$ 500 que foi integralizado em 21 de outubro de 2022. **b) Reserva legal** - Constituída anualmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício apurado em 31 de dezembro de cada ano, em conformidade com o artigo 193 da lei das Sociedades de Ações. **c) Reserva de retenção de lucros** - A Companhia, nos termos do art. 202, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades de Ações (Lei nº 6.404/76), propôs em 31 de dezembro de 2022 a retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 6.376. Adicionalmente, a Companhia é uma sociedade anônima com um único acionista representado em assembleia geral. Conforme art. 199 da Lei das Sociedades de Ações (Lei nº 6.404/76), o saldo dessa reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia no encerramento do exercício social. **d) Dividendos** - Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades de Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital do Grupo. Considerando que a Companhia não possui previsão de pagamento dos dividendos nos próximos doze meses, conforme seu business plan, o saldo foi reclassificado para o passivo não circulante.

	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	84.738	64.315	-
Constituição da reserva legal	(4.237)	(3.215)	-
Total para cálculo do dividendo mínimo obrigatório	80.501	61.100	-
Dividendos mínimos obrigatórios constituidos no exercício	20.125	15.270	-
Dividendos a pagar	35.395	15.270	-

25. Lucro por ação: A Companhia não possui instrumentos diluidores, o número de ações usado para calcular o lucro diluído por ação das ações ordinárias atribuível aos acionistas ordinários é o mesmo que o número de ações usado para calcular o lucro básico por ação das ações ordinárias atribuível aos acionistas para o exercício apresentado. A tabela a seguir contém o lucro por ação do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31.12.2022	31.12.2021
Básico e Diluído	84.738	64.315
Lucro do exercício - em milhares (R\$)	84.738	64.315
Média ponderada de ações ordinárias em circulação - (em mil unidades)	1.608.793	536.689
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (em R\$)	0,05267	0,11984

26. Receita operacional líquida

	Controladora	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Vendas de equipamentos solares e de informática	-	-	4.422.149	1.352.716
Prestação de serviços	262	-	262	-
Deduções da receita				
Desvolvimentos de vendas	-	-	(43.081)	(10.186)
Impostos sobre vendas	(38)	-	(487.065)	(159.320)
Receita operacional líquida	224	-	3.892.265	1.183.210

27. Custos e despesas por natureza

	Controladora	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e matéria prima	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Gastos com pessoal	-	-	(2.999.516)	(868.069)
Alugéis	(19.577)	-	(57.487)	(33.856)
Energia	(626)	(10)	(626)	(435)
Serviços profissionais	-	-	(190)	(76)
Frete e carretos	(10.693)	(2.216)	(15.488)	(2.988)
Comissões	(27)	-	(118.000)	(30.404)
Publicidade	(555)	-	(13.069)	(2.399)
Reembolsos de despesas e bonificações	(135)	-	40.000	29.029
Depreciação e amortização	(408)	-	(11.168)	(870)
Amortização mais valias (ágio)	-	-	(162.665)	(54.223)
Outras Despesas	(4.952)	(1.337)	(15.561)	(5.455)
Total custos e despesas por natureza	(36.973)	(3.563)	(3.469.443)	(1.004.388)

28. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Ganho obtido com parcelamento ICMS	-	-	6.120	(3)
Coleta de resíduos	-	-	(2.339)	(217)
Gastos com pesquisas	-	-	(289)	(41)
Impostos e taxas	-	-	(1.723)	(550)
Exclusão do ICMS - PIS/COFINS	-	-	(4)	(341)
Total	-	-	1.753	(1.152)

29. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras	7.864	81	39.290	11.933
Variação cambial e monetária ativa	15.174	1.587	81.114	8.715
Variação monetária ativa	5	-	5	-
Outras receitas financeiras	2.941	-	2.941	9.003
Descontos obtidos	-	-	736	63
Juros ativos	-	-	556	196
Total	25.984	1.668	124.642	29.909
Despesas financeiras				
Variação cambial e monetária passiva	-	(3.765)	(54.718)	(13.032)
Juros sobre empréstimos	(861)	-	(861)	-
Juros passivos	(135.524)	(3)	(189.733)	(3)
Ajuste a valor justo - earn-out	(130.317)	(62.967)	(130.317)	(62.967)
Varição derivativo - Swap	(27.148)	(1.587)	(27.148)	(1.587)
Outras despesas financeiras	(513)	-	(1.108)	-
Custo de transação sobre debêntures	(1.432)	-	(1458)	(173)</td